

Páginas de cultura, resistência e submissão: livros na revista *Visão* (1968-1978)

João Elias Nery

RESUMO

Esse artigo enfoca como a revista *Visão*, uma publicação que ao longo de sua trajetória construiu uma “marca” de esquerda, contando com um conjunto de jornalistas e colaboradores identificados com posições políticas de esquerda, elaborava a seção de resenha de livros durante o período de vigência do AI-5. A análise desse material (em especial resenhas do ano de 1973, período em que Vladimir Herzog coordenava a equipe de jornalistas) demonstra como a defesa da liberdade para a produção cultural e a crítica à cultura de massa se fizeram presentes nas páginas da revista que apresentava uma visão conflitante com aquela pretendida pelo regime.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado editorial brasileiro. Censura a livros.

1 AI-5 Censura e cultura da mídia:

um olhar retrospectivo

O passado é um outro país, mas deixou sua marca nos que o habitaram. Marcou também os que eram demasiadamente jovens para havê-lo conhecido a não ser por ouvir dizer, ou mesmo numa civilização estruturada de maneira a-histórica, para tratá-lo como coisa banal, [...] (HOBSBAWM, 2002, p.21)

Este artigo aborda o tema censura durante o Regime Militar (1964-1985), tendo como foco matérias veiculadas na revista *Visão* entre os anos de 1968 e 1978, período de vigência do Ato Institucional número 5 (AI-5)¹. Aborda, também, o trabalho de uma equipe de jornalistas que atuou na revista *Visão* nos primeiros anos da década de 1970. Alguns destes jornalistas – próximos ao Partido Comunista - procuraram brechas no sistema midiático da época para veicular matérias críticas ao regime. Atuavam, também, na imprensa alternativa, na qual era possível abordar temas censurados pelo Regime e por isso ausentes da grande imprensa. Como em outros setores da cultura, enfrentavam a contradição de terem vivido num ambiente democrático e, em seguida, atuar como profissionais e cidadãos sob um regime autoritário. Um importante personagem dessa equipe de jornalistas é Vladimir Herzog que, entre outras atividades, coordenou a área de cultura da revista *Visão* no início dos anos 1970.

No prefácio à obra de Aquino (1999, p. 13) o jornalista Alberto Dines, personagem de intensa participação no cenário do jornalismo nos Anos de Chumbo (1969-1974), assim descreve as relações entre o jornalismo e a censura:

O cotidiano num jornalão (*O Estado de S. Paulo*) e num semanário alternativo (*Movimento*), durante a fase mais aguda da censura, pode ser visto como um caso de estudo sobre o autoritarismo [...]. É também o retrato de uma sociedade convivendo com a mentira. (DINES, 1999, p.13)

A imprensa faz e desfaz contextos, servindo a diferentes segmentos da sociedade em sua luta pelo poder. As relações entre imprensa, construção de verdades e poder político e econômico no período de vigência da ditadura militar brasileira têm sido estudadas, na medida em que aquele regime se distancia no tempo. Diversas obras, no campo das ciências sociais, história, comunicação, entre outras, procuram elucidar as tramas que tornaram possível o estado de “exceção” que durou mais de duas décadas. A recente produção intelectual acerca da ditadura militar contribui para alterar, ao menos parcialmente, a realidade descrita por Dines (1999, p. 14). Para ele

Os anos de chumbo têm sido insuficientemente estudados na academia e estão sendo insuficientemente pautados nas redações. Razão pela qual volta e meia somos surpreendidos com revelações sobre o que ocorreu durante aqueles 21 anos e seus antecedentes.

¹ Os atos institucionais foram importante instrumento para a concentração de poder no executivo, colocando-se acima da Constituição. O AI-5, particularmente, abriu um novo período, posteriormente designado como “anos de chumbo”.

Investigar aquele período, inclusive a relação existente entre o modelo de sociedade vivido a partir da instalação do Regime Militar, e a criação de uma sociedade de consumo baseada no individualismo e nos valores da sociedade de mercado torna-se fundamental para uma sociedade que vive dramaticamente a realidade do mundo globalizado deste início de século. Interessa-nos, particularmente, o ambiente comunicacional, que teve acelerado desenvolvimento naquele período. A partir de investimentos estatais em infra-estrutura a tevê – majoritariamente comercial – chegou, no início dos anos 1970, a praticamente todos os brasileiros, via rede, caracterizando o acesso universal, antes alcançado apenas pelo rádio. Financiada pela publicidade comercial, prioriza o entretenimento e a audiência. Mesmo as publicações impressas – jornais e revistas – assimilam a linguagem rápida e fragmentada da tevê e, mais recentemente, da internet.

Os sistemas de comunicação organizados pelos militares naquele período – com grande destaque para as redes de televisão – favoreceram a construção da visão a-histórica a que se refere o texto de Hobsbawm transcrito no início deste artigo. O segundo presidente do Regime Militar, General Costa e Silva, declarou em documentário sobre a tevê no Brasil seu contentamento em ver na televisão o caos em que o mundo estaria mergulhado no final dos anos 1960 e a tranquilidade do país do “milagre econômico” e “ame-o ou deixe-o”, slogans publicitários com os quais os brasileiros eram bombardeados. (BRASIL, 1993). Ao lado do investimento em tecnologias que propiciaram uma rápida expansão da tevê, houve esforços redobrados em manter a imprensa escrita sob controle e restrita a verdadeiros guetos de leitores. O resultado desse processo: tevê de entretenimento para as maiorias e imprensa escrita para um contingente cada vez menor de cidadãos e, mesmo assim, sob rígido controle do Estado. Em artigo recente, Marques de Melo (2003, p.22), afirma que “A população brasileira cresceu mais de 300%, enquanto a tiragem diária de jornais ampliou-se apenas 40% na última metade do século XX”, o que demonstra o aprofundamento de um longo processo caracterizado por este autor como “exclusão comunicacional” que caracterizaria a sociedade brasileira desde a colonização.

Controlar a tevê não foi tarefa das mais complicadas, já que a concessão partia do próprio Estado, que utilizou este instrumento de maneira eficaz, concedendo o direito a empresários e políticos favoráveis ao regime ou, quando isto não ocorreu, como no caso da tevê Excelsior, retirando a concessão.

Já para a imprensa escrita foi preciso usar outros expedientes, descritos em diversas obras que estudam a censura no período, como Aquino (1999), Stephanou (2001), Kucinski (1991) e

Marconi (1980). Apreensão, veto, perseguição política, prisão de profissionais e empresários, foram algumas das ações realizadas sob a tutela do AI-5.

A Ditadura Militar brasileira ousou construir um sistema midiático sofisticado, mantido sob rígido controle e utilizado como aparelho ideológico do Estado, na clássica definição de Althusser (1996). A censura à mídia, para aquele regime representou, como demonstrado por Aquino (1999, p. 243), “[...] seu papel de ocultar ao público leitor, através da permissão apenas da difusão de um discurso harmônico de um lado e igualitário de outro, parte do que se dava no âmbito da produção das condições materiais da existência [...]”.

A comunicação configurou-se como elemento essencial ao desenvolvimento da sociedade brasileira nas condições estabelecidas por aqueles que ocupavam o Estado. Tanto o investimento na expansão dos sistemas de telecomunicações e telefonia quanto a censura faziam parte de um mesmo contexto em que os detentores do poder organizaram um “[...] eficiente sistema de comunicação[...]” como parte de um projeto de manutenção do poder, sem o qual “[...] acaba por sucumbir e desaparecer” (HOHLFELDT, 2001, p. 97). O Regime sucumbiu, mas os sistemas de comunicação e os valores por eles disseminados permaneceram em nossa sociedade. Nas palavras de Dines (1999, p. 14):

Também permanecemos desatentos às conseqüências e seqüelas daquele período de exceção germinando até hoje nos comportamentos pessoais, códigos de conduta e instituições. A repressão política e militar deixou marcas nas suas vítimas. O processo psicológico da identificação com o adversário, perturbador e no entanto tão real, também ocorreu entre nós. A abominável ditadura acabou sendo assimilada, ainda está à nossa volta. Razão pela qual o estudo do autoritarismo pressupõe uma atitude anti-autoritária, liminar e cabal.

O investimento em uma cultura política autoritária disseminada para o conjunto da sociedade brasileira contribuiu para aumentar o distanciamento entre a imprensa – censurada – a produção cultural engajada – vigiada e mantida como privilégio de guetos – e segmentos da população não inseridos no ambiente cultural e político no qual a realidade do país e alternativas para ela são os principais objetos, que, mais que vividos, são pensados. Estudo citado por Marques de Melo (2003, p. 23) revela que 60% dos brasileiros não têm compromisso com a democracia, o que seria resultado de práticas autoritárias vividas ao longo de nossa história e intensificadas durante o Regime Militar. A censura é apenas uma forma de autoritarismo, já que o regime lançou mão de um conjunto de instrumentos, legais ou não – Atos Institucionais, Lei de Segurança Nacional, tortura, grupos paramilitares, esquadrões da morte, entre outros. Episódios de

censura à cultura que vão do grotesco à tragédia foram examinados por Marconi. Para este autor

Os militares brasileiros que se apossaram do poder político têm sido pródigos, nestes 15 anos, na feitura de novas leis, elaboradas ao sabor das conveniências e sempre mais autoritárias, sobretudo em relação à livre circulação de idéias. (1980, p. 32),

Há dois argumentos utilizados pelo Regime para justificar a censura: a defesa da família e de valores do *status quo* e a eliminação dos opositores do regime, caracterizados como “subversivos” que pretenderiam usar os meios de comunicação para “converter” a população às suas causas.

2 Revista *Visão*:

representações do Brasil dos anos 1950 aos 1990

A revista *Visão* inseriu-se no espaço midiático brasileiro a partir da década de 1950, tendo como proprietários três diferentes grupos editoriais. Por vinte anos, do lançamento em 1952, a 1972, foi propriedade do grupo norte-americano *Vision Inc.*, com sede, inicialmente no Rio de Janeiro e, a partir de 1957, em São Paulo.

Em 1972 o publicitário e diretor comercial da revista Said Farah comprou a publicação, mantendo suas características, ou seja, privilegiar a cobertura econômica e política com ampla liberdade para os profissionais da redação. Neste período a revista manteve-se quinzenal e impressa em preto e branco. Dois anos depois a revista foi vendida para o grupo liderado por Henry Maksoud, que, a partir de 1974, foi responsável por definir um novo perfil editorial, alinhando a publicação à defesa de valores liberais, como descreve Jorge (2001, p. 6099):

De acordo com Isaac Jardanovski, diretor de redação (1975-1990) e diretor-geral do grupo *Visão* (1978-1990), ‘a compra de *Visão* por Henry Maksoud foi um divisor de águas ideológico: antes de Maksoud, tendência para a esquerda, liberdade para redatores e editores; na fase Maksoud tendência para o chamado liberalismo, tendo em Hayek seu principal mentor intelectual, e orientação centralizada da linha editorial, com marcante presença de temas políticos-filosóficos [...].

Além da redefinição editorial, os novos proprietários passaram a periodicidade a semanal e introduziram a impressão colorida. O *Dicionário Histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930* registra (JORGE, 2001, p. 6099), que nos anos 1990 a publicação foi propriedade do grupo *DCI Shopping News* e também de Hamilton Lucas de Oliveira, tendo deixado de circular em 1993 “Em virtude de problemas financeiros”.

A revista manteve a regularidade nas edições e inserção significativa no mercado durante o Regime Militar, fazendo parte de um novo contexto sócio-político marcado, no campo

das comunicações, pela expansão dos conglomerados de mídia, inclusive no setor de publicações impressas. Atravessou todo o período e consolidou sua presença como revista quinzenal e, posteriormente, semanal de informação, distribuída em todo o país e financiada pelo sistema publicitário que teve nela um importante meio de divulgação de produtos e serviços dirigidos ao leitor de revistas de informações. O jornalista e diretor da publicação nos anos 1970 Isaac Jardimovski (2007)² indica como fator relevante a circulação de cerca de 200 mil exemplares da revista em meados dos anos 1970. Segundo Markun (2005, p. 37-38), “A revista não tinha grande circulação, mas acumulava prestígio ao ultrapassar os limites da economia”. Esta perspectiva também é apontada por Zuenir Ventura, importante colaborador da revista na área cultural. Ele registra a significativa circulação de *Visão* entre empresários e intelectuais ao destacar a participação de Vladimir Herzog na elaboração de extensa matéria na área cultural de avaliação dos dez anos do Regime Militar.

O prestígio da revista pode ser observado pela presença, ao longo de seus 44 anos de existência, entre outros, dos seguintes articulistas, editores e diretores: Alberto Dines, Anatol Rosenfeld, Antonio Callado, Bernardo Saião, Carlos Brickman, Carlos Nelson Coutinho, Hideo Onaga, Jorge Leão Teixeira, Miriam Paglia Costa, Nahum Sirotsky, Nelson Werneck Sodré, Otavio Gouveia de Bulhões, Perseu Abramo, Quartim de Moraes, Roberto Muylaert, Rodolfo Konder, Sábado Magaldi, Washington Novais, Vladimir Herzog, Zuenir Ventura.

A trajetória de *Visão* constrói-se em paralelo à da revista *Veja*, publicação do Grupo Abril lançada em 1968. Ambas atuam no sentido de estabelecer parâmetros jornalísticos para a formação de um público leitor interessado em acompanhar a realidade nacional e internacional a partir de uma concepção pouco contraditória em relação ao *status quo*. Tudo isto faz da revista *Visão* significativo espaço para divulgação de idéias, produtos e serviços, além de influenciar a agenda pública nacional. Não é casual que sejam contemporâneos desta a já citada revista *Veja* e o *Jornal Nacional*, peças de um mesmo jogo.

A revista foi propriedade de um grupo norte-americano. Os Estados Unidos apoiaram o golpe de 1964; foi propriedade de um publicitário que se tornou ministro das comunicações do último presidente do Regime Militar; foi propriedade de um empresário neoliberal, que tinha contradições em relação à participação do Estado na economia, porém não questionava o modelo autoritário. Paradoxalmente, forjou-se na equipe de jornalistas das três áreas – política, economia e cultura – uma posição contrária à do Regime. Segundo Isaac Jardimovski (2007)³, a publicação construiu uma “marca” de esquerda, havendo, ao longo de sua tra-

² Informação verbal. Em entrevista ao autor deste artigo realizada em 22 de março de 2007, o jornalista corroborou informações citadas por Jorge (2001, p. 6099) quanto às mudanças realizadas na linha editorial da revista e revelou outros dados, que reproduziremos oportunamente.

³ Informação verbal.

jetória, um conjunto de jornalistas e colaboradores identificados com posições políticas de esquerda. A defesa da cultura brasileira, da liberdade para a produção cultural, a crítica à cultura de massa e à evasão caracterizam uma cultura de resistência (BOSI, 1992) que, aproveitando as brechas, apresentava nas páginas da revista uma visão conflitante com aquela defendida pelo regime.

Apesar da longevidade e da destacada participação no mercado de revistas da publicação ora enfocada, não localizamos estudos que a tenham como objeto, havendo apenas referências esparsas acerca do veículo, muitas vezes relacionadas à vida profissional de jornalistas que atuaram na revista⁴.

■
⁴ Parte significativa destas referências está no livro *A revista no Brasil*, editado pela Abril no ano 2000.

3 Páginas de cultura, resistência e submissão

A cobertura cultural configura espaço de menor prestígio na revista *Visão*, predominantemente voltada à política e à economia, áreas que têm amplo destaque desde a capa. Com isto, a vigilância sobre os temas abordados na área cultural é menor, caracterizando situação semelhante à apresentada por Schawrz (1978) quando aborda o período 1964-1969, ou seja, o regime vigiou com mais intensidade as práticas diretamente políticas, deixando as demais em segundo plano. Isto não significa que não tenha havido controle, pelo contrário, como demonstra o trabalho de Aquino (1999, p. 237 e seguintes). Ao comparar as ações da censura do Estado sobre os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Movimento*, o primeiro da grande imprensa e o segundo da imprensa alternativa, a autora conclui ter havido censura, principalmente quanto à segunda publicação, em “[...] todas as dimensões do Estado autoritário, independentemente do momento circunstancial por ele vivenciado”.

Naquele período as revistas semanais de informação passaram a fazer parte de um contexto de expansão das mídias no país e a concorrer com aquele que seria o principal meio de comunicação de massa a partir de então: a tevê. Para o seletivo grupo que acompanhava os fatos pelas revistas semanais, estas passaram a ser mais um instrumento na construção da agenda, inclusive cultural. Nesse processo, ganharam importância e passaram a compor com maior intensidade a estratégia de disseminação de idéias e a contribuir para aproximar o veículo do leitor.

A pesquisa empírica realizada para elaboração do artigo concentrou a coleta de dados relativos ao ano de 1973, período em que Vladimir Herzog coordenou o trabalho de uma equipe de jornalistas de perfil progressista, coincidindo com a transição de propriedade da revista da Said Farah para Henry Maksoud. Para Markun (2005, p.39), referindo-se ao trabalho de Vladimir Herzog na revista,

O produto mais lembrado de sua passagem pela revista é a capa que apresentava uma jovem de olhos vendados e uma pergunta: *o que há com a cultura no Brasil?* Escrita a quatro mãos com Zuenir Ventura, chamava o golpe de revolução de 64, como queriam os militares, mas desvendava o vazio cultural daquele início dos anos 70.

A idéia de um “vazio cultural” é apresentada como fruto da censura e do AI-5, que teriam produzido a desesperança também na área cultural, significando, portanto, o esgotamento da cultura crítica do período anterior.

A revista prioriza a cobertura aos temas relacionados a economia e política. Na área cultural, a única seção fixa é a de apresentação de livros. As demais áreas da cultura – artes, cinema, teatro – aparecem esporadicamente, refletindo sobre obras em cartaz no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

A edição especial da revista, de 11 de março de 1974, sob o título “Assim se passaram dez anos”, apresenta uma avaliação dos dez anos do golpe de 1964. O formato adotado indica as prioridades: depois de uma bem estruturada cronologia, o primeiro tema abordado é a política. O título da matéria “Do Estado paternal ao estado tutelar” é bastante elucidativo quanto à posição adotada. A publicação apresenta extensa avaliação sobre a política pré-1964 – caracterizada como populista e incapaz de superar os conflitos de seu tempo – e os desdobramentos ocorridos a partir do golpe – autoritarismo e controle social; o segundo tema é a economia. Em pleno “milagre econômico”, termo largamente utilizado à época, a revista apresenta, sob o título “Dos velhos impasses aos novos desafios”, um balanço no qual o principal elemento de crítica é quanto aos “desequilíbrios” existentes na economia do país, que cresce, mas não resolve problemas cruciais.

Na reportagem acerca da cultura, último tema apresentado pela revista, há uma retrospectiva que parte do período pré-64 como um tempo de convergência entre política e cultura. O Regime Militar interrompera este processo e a revista refletia sobre as decorrências do novo quadro. Na abertura da matéria, que tem como título “Da ilusão do poder a uma nova esperança”, há uma descrição do caminho seguido pela cultura brasileira, “[...] da onipotência à impotência, do choque à apatia, dividida entre os apelos fáceis do conformismo e o seu compromisso crítico[...]”. Referindo-se ao quadro apresentado afirma-se que “Um balanço da cultura brasileira [...] não deixa um saldo alentador. Ao contrário, o período parece não ter sido favorável à plenitude do pensamento”. Há uma comparação direta com a situação apresentada na obra *1984*, de G. Orwell: “1984 está, historicamente, a um passo de nós”. Os “Anos de Chumbo” pesavam sobre as mentes de jornalistas engajados na luta contra o regime.

4 Livros:

crítica consentida, comportamento e *best-sellers*

A análise de matérias sobre livros publicadas na revista *Visão* no período de vigência do AI-5 privilegiou a apresentação de elementos de identificação dos livros que são objeto das matérias, principalmente no que se refere a autoria, temática abordada e relação com o contexto sócio-político do período e posicionamento editorial da revista. As matérias foram agrupadas de acordo com a temática abordada na obra analisada, seguindo parâmetros da indústria editorial. Estes procedimentos dão suporte à análise do conjunto das matérias publicadas e possibilitam a compreensão do objeto de estudo deste artigo.

O corpus da pesquisa é formado por matérias sobre livros publicadas em 25 edições da revista *Visão* de janeiro de 1973 a dezembro do mesmo ano. O levantamento foi realizado no acervo existente na biblioteca da ECA/USP⁵. O estudo de bibliografia relativa à imprensa, à censura e ao mercado editorial do período, a consulta a edições especiais publicadas pela revista e entrevistas com jornalistas que atuaram na direção daquela publicação e na editoria de cultura complementam as informações necessárias à análise do objeto de estudo definido.

Para a análise do objeto deste artigo organizamos uma tabela com os dados das matérias sobre livros. Os dados levantados – título e autor do artigo; título e autor do livro; livro de ficção/não ficção; autoria nacional/estrangeira e editora – representam aspectos quantitativos que são utilizados em conjunto com a análise dos textos de matérias selecionadas. Esta seleção partiu da caracterização das áreas e temas dos livros publicados: acadêmicos, literatura nacional, literatura estrangeira, literatura de entretenimento, infanto-juvenil, comportamento, biografias.

Do ponto de vista quantitativo temos: 46 matérias publicadas, sendo que em 18 delas não há indicação de autoria e 28 matérias assinadas. São 84 os livros comentados, nas seguintes áreas: 27 acadêmicos/ensaios, 05 infanto-juvenil, 12 literatura nacional; 8 literatura estrangeira; 04 literatura de entretenimento; 24 comportamento; biografias: 04.

A amplitude dos temas e classificação dos livros compõem o “mosaico” ao qual se refere Reimão (1996, p. 73) ao caracterizar o mercado editorial brasileiro dos anos 1970. Da crítica política e econômica à “psicologia de balcão”⁶, da literatura de proposta⁷ à de massa, verifica-se a segmentação do mercado editorial em consonância com o projeto de construção de uma sociedade de consumo na qual uma parcela da população pode consumir, no contexto da segmentação de mercado, inclusive livros em um “[...] mosaico complexo

⁵ A referida biblioteca tem exemplares da revista a partir de 1963. Jorge Leão Teixeira e Isaac Jardanovski, diretores de *Visão* em diferentes períodos, informam que com a mudança de propriedade da revista e sua posterior saída do mercado não foram mantidas coleções para consulta, o que dificultou a pesquisa, sem, contudo, inviabilizá-la.

⁶ Título de matéria publicada na edição de 24 set. 1973 da revista *Visão* que tem como tema livros que seriam atualmente classificados como “auto-ajuda”.

⁷ Definição de Umberto Eco, citada por Reimão (1996, p. 26).

de temáticas e de níveis de complexidade textual bastante indicadores desta segmentação” (REIMÃO, 1996, p. 73).

Destacam-se dentre os autores das matérias os seguintes nomes: Muniz Sodré, Paulo Francis, Carlos Nelson Coutinho, Walnice Nogueira Galvão, Nelson Werneck Sodré, Anatol Ro-selfeld, Zuenir Ventura, Fernando Morais.

São jornalistas, intelectuais ligados à universidade, escritores, críticos que, na revista, dão seu testemunho quanto à produção editorial brasileira do início dos anos 1970. O eixo Rio-São Paulo predomina também quanto aos autores das matérias, expressando uma realidade que ainda hoje se faz presente na cultura brasileira. A “marca de esquerda”, à qual se referiu um diretor da revista, certamente está relacionada à presença de alguns destes nomes, entre outros que atuavam nas editorias de política e economia, no corpo editorial da publicação. (JARDANOVSKI, 2007)⁸.

Entre os autores dos livros: Jorge Amado, A. Jarry, J. Hui-zinga, Skinner, Pedro Nava, Florestan Fernandes, H. Arendt, J. R. Tinhorão, Jorge Semprun, Celso Furtado, Carlos Nelson Coutinho, Gabriel Cohn, Moacyr Scliar, Alvin Toffler, Manuel Scorza, G. Scholem, Fernando Gasparian, M. V. Llosa, A. Moles, Melanie Klein, Rubem Fonseca, Millôr Fernandes, Chico Anísio, Dener, I. Sued.

A indicação de autores não foi realizada a partir de critérios de importância ou privilégio a segmentos, o que reforça o “mosaico” a que nos referimos. Autores de diferentes segmentos têm suas obras editadas pela indústria editorial e comentadas na revista.

A maior parte das editoras identificadas é do eixo Rio-SP, com amplo domínio das editoras do Rio de Janeiro. São 52 obras publicadas por editoras com sede na cidade do Rio de Janeiro, destacando-se Civilização Brasileira, Paz e Terra, José Olympio, Zahar, Nova Fronteira, Vozes. De São Paulo há 26 editoras, destacando-se Brasiliense, Perspectiva, Ática, Pioneira; há duas editoras dos Estados Unidos, duas edições do autor e duas matérias nas quais não há indicação de editora.

4.1 Matérias sobre livros e sobre o Brasil

Ao analisar o mercado editorial brasileiro dos anos 1970, Reimão (1996, p. 69), observa que

[...] nas listagens anuais de livros mais vendidos, em meados dos anos 70, a convivência de produções culturais bastante díspares: textos atrelados ao star system televisivo, romances políticos, literatura nacional formalmente inventiva e de difícil fruição, literatura de massa e de gosto médio de autores nacionais consagrados, tudo isso ao lado de narrativas de massa de autores norte-americanos ao boom do “realismo fantástico” latino-americano. Essa coabitação disparatada deu-se porque o crescimento do mercado e sua solidificação conduziu a sua maior segmentação.

⁸ Informação verbal.

A diversidade de temas e abordagens fica evidente na cobertura realizada pela revista *Visão* ao mercado editorial e correspondem à descrição da autora. Por outro lado, ao ler as matérias, verificamos um amplo predomínio da opinião dos autores das matérias, apresentando-se ao leitor críticas às obras, que têm suas temáticas e abordagens contextualizadas a partir de valores que se identificariam com uma visão nacionalista e democrática.

Como demonstramos, as matérias abordam livros de diferentes temáticas e caracterizações. A principal oposição dá-se entre obras do segmento “acadêmico/ensaios” (27) e “comportamento” (24). Enquanto no primeiro há obras que questionam o *status quo* e apresentam alternativas à realidade sócio-política imposta à sociedade, no segundo isto não ocorre: o que está em jogo não é questionamento, mas adaptação do indivíduo aos valores da sociedade de consumo.

A matéria que tem como título “A polêmica da dependência”, de Carlos Maia, veiculada na edição de 23 de junho de 1973, é exemplo do primeiro segmento. O tema – dependência – é das áreas de economia e política e as obras analisadas são de autoria de um economista chileno, Aníbal Pinto, um sociólogo e um industrial brasileiros, Florestan Fernandes e Fernando Gasparian, respectivamente. O Chile do Presidente socialista Salvador Allende era tema proibido na imprensa brasileira; os autores brasileiros faziam oposição ao regime e a matéria evidencia a crítica ao modelo adotado pelos militares brasileiros quanto à internacionalização da economia e à concentração da renda.

Em “Psicologia de balcão”, veiculada na edição de 24 de setembro de 1973, o mesmo Carlos Maia analisa seis obras da área de psicologia, apresentando distinção entre um viés científico e outro mais próximo do senso comum. Para o autor a “análise transacional” não pretenderia escandalizar o *establishment* e faria parte de um idealismo científico. A principal crítica, no entanto, é às obras que sugerem atitudes para melhor adaptação do indivíduo ao *status quo*. Por fim, destaca obras que utilizam a psicologia como ciência, concluindo que o mercado editorial oferece obras que vão “[...] do simplismo da auto-sugestão à exposição clara e objetiva de técnicas psicoterápicas avançadas. Para o autor quem define o bom e o mau livro é o leitor.

Outra oposição significativa dá-se nos segmentos “literatura nacional” (08) e “literatura de entretenimento” (04). O crítico e ensaísta Carlos Nelson Coutinho, ao analisar a literatura brasileira (“Uma questão de coragem”, 14 de maio de 1973), faz duras críticas ao trabalho de jovens autores. Para ele haveria um distanciamento da literatura em relação à realidade brasileira. A literatura brasileira estaria buscando um “neutralismo” apartado dos conflitos sociais, o que levaria à estagnação e ao esvaziamento

da literatura, o que só poderia ser superado com o abandono, na forma e no conteúdo, de modismos estéreis e com coragem para assumir as reais tarefas sociais da literatura. Outro crítico, Muniz Sodré, analisa (“A arte de não escrever”, 10 setembro de 1973) livros de autoria de “celebridades” da tevê. Para ele o interesse por textos “de tão baixa qualidade” decorre da disposição do público em conhecer pessoas da tv e, por meio disto, participar do mundo televisivo. Autor usa o conceito *best seller* para classificar as obras, referindo-se à quantidade de livros vendidos. Já em 1973 o autor indicava a influência da tevê sobre hábitos culturais, no caso a publicação e a leitura de livros de autores do *star system* televisivo, classificados como “não escritores”.

5 Realidades lidas dos livros

Neste artigo analisamos questões relativas à censura à imprensa escrita “[...] como parte do instrumental de repressão montado pelo Estado autoritário brasileiro pós 64” (AQUINO, 1999, p.243). Particularmente, buscamos estabelecer relações entre a censura à imprensa como um todo e à área cultural em particular nas matérias sobre livros publicadas na revista *Visão*. Observamos em nossa análise a participação de profissionais identificados como opositores ao Regime Militar e a inclusão de livros críticos ao projeto colocado em prática pelos militares a partir de 1964. Destacam-se nestes livros duas questões: o nacionalismo e a democracia como valores que os opõem aos do regime, de natureza autoritária e responsável pela implantação de um projeto que consolidou a internacionalização da economia e da cultura brasileiras. Resenhas de livros de autores como Celso Furtado, Florestan Fernandes, H. Arendt, José Ramos Tinhorão, Carlos Nelson Coutinho, Gabriel Cohn, Fernando Gasparian, Millor Fernandes, entre outros, apresentam ao leitor da revista idéias conflitantes com as do regime e que a indústria editorial brasileira colocava em circulação. Os livros fazem parte da crítica que pode ser assimilada, seja por seu conteúdo ou forma, ou, ainda, por chegar a uma parcela da população já identificada com as idéias ali contidas, reforçando o distanciamento entre intelectuais, estudantes universitários, lideranças políticas e segmentos sociais em contradição com o regime e demais setores da população.

Tais obras escaparam à sanha de controle da vida social instalada pelo Regime Militar, que, na análise de Reimão (1996, p. 56-57), investiu em censurar e expurgar tudo o que fugisse das orientações políticas preconizadas por um Estado autoritário. Segundo esta autora:

Se podemos falar de uma atuação estatal em relação à produção e à veiculação de produtos culturais, essa é a da censura e do expurgo. Da música ao jornal, do cinema à novela de televisão, a produção cultural é submetida ao crivo da censura, pouco daquilo que tem algum cunho crítico ou polêmico ultrapassa este crivo.

Não identificamos nas matérias publicadas livros posteriormente censurados pelo regime. Curiosamente a principal censura à revista deu-se na segunda metade dos anos 1970, em função das críticas do proprietário da revista, H. Maksoud, à participação do Estado na economia. Para enfrentar esta divergência o governo federal deixou de investir em publicidade na revista e inibiu a participação de empresários que mantinham relações com a esfera federal e também passaram a não anunciar em *Visão*, temendo represálias⁹.

Não foi possível apurar a partir das fontes consultadas se os censores utilizaram as matérias sobre livros publicadas na revista *Visão* como fonte para decisão de censurar ou liberar livros, algo não pretendido pelos jornalistas e pela própria publicação¹⁰, mas, como hoje sabemos, muitas foram as estratégias adotadas pelo regime para manter a sociedade sob controle ideológico. Instrumentos de natureza ideológica combinaram-se com o uso da violência simbólica e física.

■
⁹ Isaac Jardimovski considera que esta atitude do governo federal inviabilizou economicamente a revista, que a partir de então passou a ter dificuldades em manter-se, passando por sucessivas crises até deixar de circular. (JARDANOVSKI, 2007)

■
¹⁰ Uma intrigante referência a este tipo de estratégia por parte dos que ocupam o poder de Estado pode ser vista no filme *Sob Fogo Cerrado* (1983) no qual um repórter fotográfico que simpatiza com a Frente Sandinista tem suas fotos utilizadas para identificar “rebeldes” pelo regime de A. Somoza na Nicarágua dos anos 1970.

Pages of culture, resistance and submission: books that is in *Visão* Magazine

ABSTRACT

This article focus on the way *Visão* magazine, a publication that built a leftist “signature” along its trajectory, counting on a group of journalists and contributors identified with leftist political postures, organized a section about book reviews during the force of AI-5. The analysis of this material (particularly the reviews from 1973, period in which Vladimir Herzog coordinated the group of journalists) shows how the defense of freedom in the cultural production and the criticism to the mass culture was present on the pages of the magazine that presented a conflicting vision with the one intended by the system.

KEYWORDS: Brazilian editorial market. Censure to books.

Páginas de cultura, resistência y sumisión : libros en la revista *Visão* (1968-1978)

RESUMEN

Este artículo plantea como la revista *Visão*, una publicación que a lo largo de su trayectoria ha construido una "marca" de izquierda, contando con un conjunto de periodistas y colaboradores identificados por sus posiciones políticas de izquierda, elaboraba la sección de reseña de libros durante el periodo de vigencia del AI-5. El análisis de ese material (en especial de las reseñas del año de 1973, el período en que Vladimir Herzog coordinaba el equipo de periodistas) demuestra como la defensa de la libertad para la producción cultural y la crítica a la cultura de masa se hicieron presentes en las páginas de la revista que presentaba una visión opuesta a la pretendida por el régimen.

PALABRAS CLAVE: Mercado editorial brasileño. Censura a libros.

Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado – notas para uma investigação. In: ZIZEK, S. **Um Mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. P. 105-142.

AQUINO, M. A. de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968/1978)**. Bauru: Edusc, 1999.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL: Muito Além do Cidadão Kane. Produção de Simon Hartog. Reino Unido, 1993. 105min. Título original: *Brazil: Beyond Citizen Kane*

DINES, A.. História de jornal, jornal da história: os anos de chumbo. In: AQUINO, M. A. de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968/1978)**. Bauru: Edusc, 1999. P. 13-14.

HOBBSAWM, E. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOHLFELDT, A. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: FRANÇA, V. V.; HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. P. 61-98.

JARDANOVSKI, Isaac. **Revista Visão**. Entrevista informal concedida ao autor realizada em 22 março de 2007.

JORGE, V. L. *Visão*. In: ABREU, A. A. [et al.] (Coord.). **Dicionário Histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v., p. 6098-6099.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scrittta, 1991.

MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Brasileira 1968-1978**. 2.ed. rev. São Paulo: Global, 1980.

MARKUN, P. S. **Meu querido Vlado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MELO, José Marques de. Da sociedade midiática à sociedade do conhecimento: cenários latino-americanos. **Communicare**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 19-26, 2. sem. 2003.

- PINTO, V. N. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 2002.
- REIMÃO, S. **Mercado editorial brasileiro**. São Paulo: ComArte, FAPESP, 1996.
- A REVISTA NO BRASIL. São Paulo: Abril, 2000.
- SCHWARZ, R. Cultura e política 1964-1969. In: _____. **O Pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SOB Fogo Cerrado. Direção de Roger Spottiswoode. Estados Unidos, 1983. 127min. Título original: *Under fire*
- STEPHANOU, A. A. **Censura no Regime Militar e Militarização das Artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- VENTURA, Z. **1968 o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

João Elias Nery

*Doutor em Comunicação e Semiótica /PUCSP
Mestre em Comunicação Social /UMESP
Graduado em Comunicação Social - habilitação
Produção Editorial pela Universidade Anhembi-
Morumbi
E-mail: eliasnery@uol.com.br*